

Legislação Aplicável

Esta estabelecimento/estrutura prestadora de serviços rege-se pelo estipulado no:

1. Decreto-Lei nº 18/89 de 11 de janeiro (modalidades de apoio a pessoas com deficiência);
2. DESP.52/SESS/90 de 16 de julho (regulamento da implantação, criação e funcionamento dos serviços e equipamentos que desenvolvem atividades de apoio ocupacional a deficientes);
3. Lei de Bases da Economia Social, lei nº 30/2013 de 8 de Maio, que veio habilitar, formalmente, as entidades da economia social dos instrumentos necessários para desenvolverem um conjunto de outras iniciativas, para além das suas áreas tradicionais de atuação, fomentando a inovação e o empreendedorismo, reforçando o potencial de crescimento do País e contribuindo para o reforço da coesão social;
4. Portaria nº196-A/2015 de 1 de julho, que revê o Despacho Normativo Nº 75/92 e define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o ISS. Ip e as IPSS's e equiparadas, para o desenvolvimento de respostas sociais, do qual consta o regulamento de participações familiares devidas pela utilização de serviços e equipamentos sociais, na sua redação atual, dada pela portaria nº 218-D/2019, de 15 de Julho;
5. Lei n.º 76/2015 de 28 de julho, que faz a primeira alteração ao Decreto-Lei nº 172 -A/2014, de 14 de novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, por apreciação parlamentar;
6. Boletim de Trabalho e Emprego, em vigor para a APPACDM de Anadia;
7. Portaria nº 70/2021 de 26 de Março que Regulamenta as condições gerais do edificado, os termos e as condições técnicas de instalação e de organização, funcionamento e instalação a que deve obedecer a resposta social do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão 1 (CACI 1);
8. Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, em Vigor;
9. Decreto-Lei nº 144/2015 de 8 de setembro que estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo, e revoga os Decretos-Leis nº 146/99, de 4 de maio, e 60/2011, de 6 de maio.